

PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO DO PIAUÍ

Síria Emerenciana Nepomuceno BORGES – PPG-UFPI

Solte a imaginação. Recue há 50 mil anos. Tente perceber como é a paisagem. Faz frio ou calor? Você vê animais? Como são? Olhe! Lá ao longe, perto daquele boqueirão, um pequeno grupo de pessoas acende uma fogueira, parece está assando um animal. Quem são eles? De onde vieram? Como chegaram até aqui? Como vivem? Por que desapareceram?

Esquisito este pequeno esforço de imaginação? Pois saiba que são com essas perguntas que os estudiosos da Pré-História trabalham. Em busca dos “rastros do sujeito”,¹ farejam² vestígios da cultura material para construir uma História que não tem fim.

Acompanharemos por mais um tempo aqueles homens em volta da fogueira. Um deles, segura uma espécie de instrumento cortante, parece ser um raspador ou um cortador de pedra; enquanto o outro, arremessa mais um pedaço de carne na fogueira. O cheiro do assado misturado ao da fumaça sobe contornando o paredão de pedra coberto de plantas e flores típicas de um clima úmido. Um pouco afastada da cena da fogueira, uma mulher e uma criança procuram raízes e frutas, que também são muito apreciados. A mulher sabe que não pode se afastar do grupo, animais ferozes como o tigre-dente-de-sabre, pode colocar sua vida em risco. O perigo é constante.

Você acaba de espiar o que pode ter sido o cenário dos primeiros grupos humanos a habitar o Brasil. Vestígios dessa História podem ser encontrados no Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, onde um grupo de pesquisadores liderados pela arqueóloga Niède Guidon, criaram um modelo explicativo para a chegada dos primeiros habitantes na América. Vale dizer que este não é um único modelo explicativo para a origem do homem americano, portanto, esta ressalva coloca a História como uma construção que aglutina vários dizeres, que trabalha com possibilidades e não com

verdades absolutas.

Não é uma História fascinante? Sim. Resposta simplória para uma pergunta simplória. Faremos outras: Por que esta História fascinante não desperta o interesse da comunidade acadêmica? Por que estamos a assistir, inertes, a destruição sistemática dos vestígios matéris dessas culturas, antes mesmos de serem estudados? Tentaremos uma resposta, sem a ingenuidade de perceber-la como a única.

A História (des) constrói acontecimentos, perturba, confunde, não diz definitivo, fragmenta, esquece, silencia, ressuscita os mortos da sua paz eterna. E depois? Não basta? É pouco? Se trabalhamos com uma História de infinitas possibilidades, acrescentaremos mais uma: História como prática que articula passado/presente e que reconhece a diversidade cultural – quase esquecida pelos pesquisadores. Aquela que não pensa a Pré-história em si, mas como ela pode nos dizer algo hoje. Aquela que diz e compartilha dizeres e que se faz conhecer pela multiplicidade de interpretações.

A negação ou a pouca visibilidade dessa História plural se legitima no pouco interesse dos arqueólogos, historiadores e educadores em interagir com a sociedade, por isto, as questões ligadas à preservação do patrimônio cultural foram deixadas para escritores, arquitetos e artistas; por isto, as políticas de patrimônio preservaram as casas-grande, as igrejas e os fortes militares, relegando ao esquecimento as senzalas, as vilas operárias e os sítios arqueológicos pré-históricos.

O grande desafio posto aos historiadores, educadores e arqueólogos é mostrar que a preservação do patrimônio cultural se faz pela multiplicidade de identidades, integrando todos os setores sociais, sem privilégios e hierarquias.

Desafio que encontra várias barreiras. Em primeiro lugar, há uma falta de informação e de educação formal sobre as diversidades culturais. Indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as referências são negativas, ao serem apresentados como preguiçosos, incapazes e sem civilização.

Em segundo lugar, há uma distância entre a história estudada na universidade e a História estudada nas escolas de ensino fundamental e médio.

O espaço acadêmico no Brasil caracteriza-se pela multiplicidade de leituras e interpretações, métodos e temas, por práticas de ensino e pesquisa diversificadas (...). Por outro lado, as escolas de educação fundamental, com raríssimas exceções, carecem não só de uma bibliografia variada, mas sobretudo de práticas pedagógicas que estimule o debate, a investigação e a criação.³

Em terceiro lugar, vale perguntar: Que tem direito à História? Paul Veyne responde: “sabe que os povos ditos sem História são, simplesmente, povos cuja história se ignora, e que os primitivos têm um passado, como todo mundo”.⁴ Ignora-se porque são povos sem escrita, porque são vistos como selvagens e com cultura inferior. Ignora-se porque a História ainda esta limitada a conceitos eurocêntricos e evolucionistas.

O Brasil dispõe de um significativo conjunto de leis e órgão para a defesa do patrimônio arqueológico. Uma mudança legal estabelecida na portaria número 230/2002, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), determinou a elaboração e execução de programas de educação patrimonial junto com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas. Entretanto, apesar dos avanços, permanece ainda a escassez de programas educativos nesta área.

No Piauí, esta escassez é visível. A falta de educação, acompanhada pela falta de investimentos públicos,⁵ vem acelerando a destruição de vários sítios pré-históricos. Os exemplos são comuns em praticamente todo Estado: sujeira, fogo intencional, exploração do calcário, grafismo e retirada de pedaços de rochas com pinturas rupestres.

É a partir dessas reflexões que se estabelece à importância da educação patrimonial para a preservação dos vestígios arqueológicos pré-históricos, como também a necessidade de criar projetos educacionais para atuarem dentro das escolas do ensino fundamental, multiplicando os agentes preventivistas e criando laços de afetividade entre a comunidade, “que passa essencialmente pelo conhecimento do patrimônio, da importância do mesmo e

sua significância”.⁶

As ações da “educação patrimonial”⁷ foram implantadas no Brasil, em termos conceituais e práticos, por ocasião do Primeiro Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” realizado em julho de 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro. A partir dessa proposta inicial, inúmeras experiências e atividades vêm sendo realizadas, em diferentes contextos e locais.

Alguns fatores contribuíram para que a educação patrimonial ganhasse tanto espaço. Primeiro, como afirma Barreto: o patrimônio cultural vem sendo ampliado à medida que se revisa o dinâmico conceito de cultura,⁸ incluindo produtos do sentir, do pensar, como também manifestações por meio de inscrições de povos pré-históricos em sítios arqueológicos. Segundo, porque o patrimônio cultural está cada vez mais ameaçado, seja pela deterioração natural ou por ações provocadas pelos homens.

É possível apontar alguns trabalhos que procuram estabelecer a conexão entre educação patrimonial e defesa do patrimônio arqueológico, como por exemplo, o trabalho de Fernanda Bordine José Alberione, que procuram

[...] de maneira ativa , exercitar uma conjugação entre as propostas da Educação Patrimonial e o potencial da Arqueologia através de oficinas. No intuito de exercer esta mobilização, firmando um agir político e social desta ciência como instrumento instigador do sujeito ator/autor social que se apropria de seu passado como cidadão, efetua-se um dinâmico gerenciamento do patrimônio cultural. Patrimônio este comprometido com ações formadoras de cidadania e pertencimento.⁹

Ao incluir o tema da preservação do patrimônio arqueológico no ensino fundamental, estamos propondo um novo caminho para a História do Piauí e aceitando o desafio posto pelo professor Edwar de:

Superar uma história traduzida na repetição monótona de informações, datas e vultos ideológicos, como impõe a perspectiva oficial, que transforma a história em um passado morto, essa tendência mais presente nas escolas públicas; e do mesmo modo, romper com a idéia de que a história nos conduz a um fim objetivo e pode ser entendida exclusivamente a partir do mundo do trabalho ou do modo de produção, versão mais em moda na escola privada.¹⁰

Assim, este trabalho pretende escapar dos discursos pessimistas que rondam a Educação e propõe uma resposta, entre muitas, para a pergunta: qual a finalidade da História?

¹ Expressão que captura o sujeito na sua multiplicidade, construído historicamente e marcado por diversas subjetividades. Ver: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito*. 2001.

² No paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, o historiador é equiparado a um detetive que fareja traços, pegadas e vestígios em busca da elucidação de um enigma. Presta atenção nas evidências, mas não entende o real como transparente. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 63.

³ FONSECA, Selma Guimarães. *Didática e prática de ensino em História*. Campinas SP: Papyrus, 2003, p. 39.

⁴ VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*, 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 27.

⁵ FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Os sítios históricos do Piauí no panorama da preservação do patrimônio cultural do Brasil. In: *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

⁶ HEBERTS, Ana Lúcia. Realização de programas educativos na arqueologia de contrato. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 37, jan./jun. 2003. p. 10.

⁷ HORTA, Maria de L., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, IPHAN/Museu Imperial, 1999.

⁸ BARRETO, M. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 208.

⁹ TOCCHETO, Fernanda Bordin, REIS, José Aberione dos. Da cidadania e o pertencimento: lugares de atuação da arqueologia em educação patrimonial. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 31, jan/jun. 2003. p. 68.

¹⁰ CASTELO BRANCO, Edwar de A. *O ensino de história em Teresina: o impacto da história nova no cotidiano da sala de aula*. Teresina: EDUFPI, 1997, p. 14.